

→ APROVADO P. UNANIMIDADE
NA REUNIÃO DA C.A.M.
DE 20 Maio 2015;
↓

Relatório Final

Petição n.º 474/XII/4.ª

Peticionário: APAAE –
Associação de
Proteção e Apoio ao
Animal Errante
N.º de assinaturas: 1073.

I – Nota Prévia

II – Objeto e Motivação da Petição

III – Análise da Petição

IV – Diligências efetuadas pela Comissão

V – Opinião da Deputada Relatora

VI – Parecer

VII – Anexos

I – Nota Prévia

A Petição n.º 474/XII/4.^a – *“Solicitam que seja efetuada uma alteração legislativa aos Decretos-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro (Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva) e n.º 315/2003, do 17 de dezembro (Proteção dos Animais de Companhia) ”*deu entrada na Assembleia da República a 19 de fevereiro de 2015, nos termos dos números 2 e 3 do artigo 9.º da Lei n.º 45/2007, de 24 de agosto (Terceira alteração à Lei n.º 43/90, de 10 de agosto, alterada pela Lei n.º 6/93, de 1 de março, e pela Lei n.º 15/2003, de 4 de junho), adiante designada por Lei do Exercício do Direito de Petição (LEDP), tendo baixado à Comissão de Agricultura e Mar por determinação de sua Excelência a Senhora Presidente da Assembleia da República.

Trata-se de uma petição exercida coletivamente, nos termos do estatuído no n.º 3 e 4.º do artigo 4.º da Lei de Exercício do Direito de Petição, subscrita por 1073 cidadãos, sendo a APAAE – Associações de Proteção e Apoio ao Animal Errante. Entidades de Utilidade Pública, o primeiro subscritor.

Na reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Mar, de 4 de março de 2015, a Petição n.º 474/XII/4.^a foi definitivamente admitida e nomeada como relatora a deputada signatária do presente relatório.

Conforme estatuído na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º da Lei de Exercício do Direito de Petição, a supracitada Petição, pelo facto de ser subscrita por mais de 1.000 assinaturas, foi publicada no DAR.

Em virtude de a Petição n.º 474/XII/4.^a ser subscrita por 1073 cidadãos é obrigatória a audição dos peticionários, conforme disposto no n.º 1 do artigo 21.º e na alínea a) do n.º 1 do artigo 19.º, da Lei de Exercício do Direito de Petição.

II - Objeto e Motivação da Petição

Com a apresentação da Petição n.º 474/XX/4.^a, os peticionários vêm à Assembleia da República e *“Solicitam que seja efetuada uma alteração legislativa aos Decretos-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro (Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva) e n.º 315/2003, do 17 de dezembro (Proteção dos Animais de Companhia).”*

A petição em análise apresenta propostas de alteração legislativas da seguinte ordem:

No que respeita ao Decreto-Lei nº 314/2003, 17/12 (Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva), são sugeridas alterações ao art.º 9º (destino dos animais capturas) e ao art.º 10º (competência da DGV para captura e eliminação de animais).

As propostas de alteração referem-se à substituição da permissão de “abate” por “eutanásia” do animal, pelo método de injeção letal, “unicamente em caso de zoonoses incuráveis ou sofrimento irreversível dos animais”. É, igualmente, esclarecido que apenas os animais com raiva podem ser capturados pela DGV, eliminando a possibilidade no caso de outras zoonoses, conforme consta da lei.

Quanto ao decreto-lei nº 315/2013, 17 de dezembro (que altera o Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, que estabelece as normas legais tendentes a pôr em aplicação em Portugal a Convenção Europeia para a Proteção dos Animais de Companhia), a petição em análise sugere alterações aos artigos 2º (definições), 3º-A (suspensão ou cancelamento da licença de funcionamento),

19º (normas para a recolha, captura e eutanásia) e 21º (controlo da reprodução e sobrepopulação pelas camaras municipais).

As propostas de alteração nestes artigos referem-se à eliminação do termo “abate”, sendo em alguns casos substituído por “eutanásia”. Asseguram que a eutanásia deve ser *“unicamente pelo método de injeção letal e circunscrita aos casos de zoonoses incuráveis ou sofrimento irreversível dos animais e animais não reclamados deverão ser divulgados pela Camaras Municipais, podendo ser alienados pelas mesmas sob parecer obrigatório do médico veterinário municipal. Quanto aos animais recolhidos deverão ser alojados em centros de recolha oficial sempre com a comunicação à DGV. Competindo ainda às câmaras municipais sempre com a responsabilidade do médico veterinário realizar o controlo da reprodução e sobrepopulação de animais de companhia”*.

III – Análise da Petição

O objeto da petição encontra-se devidamente especificado e o texto é inteligível, encontrando-se identificado o 1.º subscritor. Estão presentes também os demais requisitos formais e de tramitação constantes dos artigos 9º e 17.º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

A Petição n.º 474/XII/4.^a – Os peticionários “Solicitam que seja efetuada uma alteração legislativa aos Decretos-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro (Aprova o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses e estabelece as regras relativas à posse e detenção, comércio, exposições e entrada em território nacional de animais suscetíveis à raiva) e n.º 315/2003, do 17 de dezembro (Proteção dos Animais de Companhia sendo a APAAE – Associações de Proteção e Apoio ao Animal Errante. Entidades de Utilidade Pública, - o primeiro subscritor – nos termos do estatuído no n.º 3 e 4.º do artigo 4.º da Lei de Exercício do Direito de Petição, está subscrita por 1073 cidadãos.

Na reunião ordinária da Comissão de Agricultura e Mar de 4 de março de 2015, foi aprovada a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 474/XII/4.^a, que se considera parte integrante deste relatório, e formalmente admitida.

Comissão de Agricultura e Mar

Após consulta à base de dados da atividade parlamentar, verificou-se a inexistência de Petições conexas pendentes em Comissão ou propostas para apreciação em Plenário.

Os peticionários invocaram, na audição regimental, que é necessária e urgente uma alteração legislativa de modo a terminar com o abate “indiscriminado e compulsivo de animais e errantes”.

Afirmaram que o “não abate implica um maior controlo policial, uma melhor operacionalização da Lei nº 69/ 2014, um controlo mais efetivo das populações animais por meios que não impliquem o sofrimento (ou a morte) dos mesmos, uma maior responsabilização dos donos, uma maior sensibilização da população (...)”. Consideram que o procedimento com estes animais resulta da “ligeireza com que é tratado, ao se resumir a resposta das autarquias á recolha e abate compulsivo e indiscriminado”

IV - Diligências efetuadas pela Comissão

Atento o facto da Petição n.º 474XII/4.^a ser subscrita por 1073 cidadãos, a Comissão de Agricultura e Mar procedeu à audição dos peticionários, no dia 25 de março de 2015, conforme previsto n.º 1 do artigo 21.º da Lei do Exercício do Direito de Petição. Não se prevê a apreciação da Petição nº 474/XII em Plenário da Assembleia da República, em conformidade com os termos da alínea a) do nº1 do artigo 24º da mesma Lei da Petição.

A audição dos peticionários, aberta a todos os deputados, foi efetuada pela Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD) – Relatora da petição, com a presença dos Senhores Deputado Manuel Mota (PS), Bruno Inácio (PSD), José Rodrigues Pereira (PS) e Vasco Cunha (PSD).

Comissão de Agricultura e Mar

Aos representantes dos peticionários, APAAP - Associações de Proteção e Apoio ao Animal Errante, na pessoa da Dra. Maria Margarida Ferreira Almeida e do Dr. António Ramos, foram dadas as boas-vindas e apresentados os deputados presentes, após o que se deu conta da tramitação da Petição e das diligências efetuadas pela Comissão.

O representante dos peticionários efetuou uma exposição inicial, salientando o objeto da petição. Os peticionários pretendem o fim dos abates de animais saudáveis nos canis municipais, apresentando uma proposta de articulado com alterações no decreto-lei nº 314/203, de 17 de dezembro, e no decreto-lei nº 315/2003, de 17 de dezembro.

“Desde sempre em Portugal se procedeu à captura e abate de animais abandonados e errantes sem serem alcançados resultados em termos de controlo do problema a medida não corrige na origem a situação. Os peticionários pedem que se privilegie a vida em detrimento da morte”

Os peticionários invocaram, que é necessária e urgente uma alteração legislativa de modo a terminar com o abate *“indiscriminado e compulsivo de animais e errantes nos canis municipais”*.

Apresentam quatro exemplos de canis municipais que não abatem animais salvo situações clínicas terminais. Para além do veterinário municipal de Castelo Branco, a Casa dos Animais de Lisboa (canil municipal de Lisboa), canil municipal de Oeiras, canil municipal de Odivelas, canil municipal de Sintra

Em sede de audição, começou por usar da palavra o Senhor Deputado Manuel Mota (PS), que saudou os peticionários e subscreveu o teor da petição, dizendo que deveria de existir um aperfeiçoamento da lei, para salvaguardar arbitrariedades, referiu os enfermeiros veterinários como uma mais valia, questionou os peticionários no que respeita ao facto de os animais errantes que atacam animais domésticos, perguntando se tem previsto algum modo de agir.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Bruno Inácio (PSD), que, após ter saudado os peticionários presentes, referiu que subscrevia o teor da Petição e que concorda com a mudança de paradigma. Sugere a sensibilização das autarquias para a questão, ou o recurso à Associação nacional de municípios para estudarem esta matéria.

A Senhora Deputada Maria José Moreno (PSD) referiu que subscrevia algumas das questões colocadas pelos oradores que a antecederam. Colocou, algumas questões adicionais aos peticionários, nomeadamente quanto ao consultório veterinário municipal, visto os hospitais veterinários serem muito dispendiosos.

Em resposta às questões formuladas, os peticionários usaram da palavra para reiterarem a sua preocupação pela falta de consequências quanto à Petição apresentada e pela ausência de mais assinaturas para ser discutida em plenário.

Os peticionários alertaram, também para o facto de existirem muitas pessoas, que desconhecem que os canis municipais abatem os animais, ao terem esse conhecimento ficam chocadas e tomam medidas, como aconteceu recentemente no Porto. Existem autarquias que não se esforçam por alterar a situação, rendem-se à burocracia, enquanto outras autarquias tomam a atitude de enfrentar o problema, lutam contra a burocracia e orgulham-se dessa atitude. Por fim, deram nota de que a maioria dos canis municipais e intermunicipais não tem recolha oficial de animais, não estão legalizados.

A Relatora da Petição agradeceu os esclarecimentos e informações prestados pelos representantes dos peticionários e deu por encerrada a audição.

V- Opinião da Deputada Relatora

Sendo o abate legitimado na legislação, estima-se que anualmente são abatidos cem mil animais no nosso País.

Sendo a adoção e esterilização de animais menos dispendiosa do que mantê-los cativos no canil municipal, para posteriormente serem abatidos, a política seguida é economicamente desfavorável para os municípios.

O ser humano, dentro do seu egoísmo, o que vai ao encontro da realidade registada anteriormente.

Há que olhar para todos os seres que habitam o planeta, cada um, com as suas características únicas, são seres vivos. Seres que sentem, dor, amizade e afetos.

VI – Parecer

Face ao exposto a Comissão de Agricultura e Mar conclui que se encontra esgotada a sua capacidade de intervenção nesta matéria, pelo que é do seguinte parecer:

A Petição nº 474/XII da iniciativa da Associação de Proteção e Apoio ao Animal Errante, deve ser remetida a Sua Excelência a Presidente da Assembleia da República, para efeito de remessa, por cópia do presente Relatório, à Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, nos termos da alínea d) do nº 1 e do nº 2 do artigo 19º da Lei nº 43/90, de Agosto, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 6/93, de 1 de Março, nº 15/2003, de 4 de Junho, e nº 45/2007, de 24 de Agosto.

O presente Relatório e a respetiva Petição nº 474/XII devem ser remetidos para os Grupos Parlamentares detentores do poder de iniciativa legislativa.

A Petição nº 474/XII deve ser arquivada, nos termos da alínea m) do artigo 19º da Lei do Exercício do Direito de Petição.

Deve ser dado conhecimento do presente Relatório aos peticionários, nos termos do nº1 do artigo 8º do diploma supra mencionado.

VII – Anexos

Nota de Admissibilidade da Petição n.º 474/XII/4.ª;



Comissão de Agricultura e Mar

Parecer da Comissão de Agricultura e Mar sobre a Petição n.º 474/XII/4.^a –
“Contra os abates e más condições nos canis municipais, pelo direito dos animais”

Palácio de S. Bento, 7 de Maio de 2015

A Deputada Relatora


(Maria José Moreno)

O Presidente da Comissão


(Vasco Cunha)